

# História



## *A dominação das mulheres na França medieval nos séculos XIV e XV: um legado às suas contemporâneas brasileiras*

Edmundo de Paula Gomes Junior\*  
Alessandra Muniz Gomes\*\*  
Loren Cristina Stephani\*\*\*

### RESUMO

A proposta deste trabalho é descrever o comportamento feminino medieval na França entre os séculos XIV e XV, com o objetivo de destacar o lugar ocupado pelas mulheres na sociedade, partindo da perspectiva de Jacques Le Goff de que o período abordado, a transição da Idade Média para a Idade Moderna, é muito mais continuidade que ruptura. Segundo o autor, valores, estruturas e ideias do medievo permanecem até os séculos XVIII e XIX. Nesta época, a mulher foi obrigada a submeter-se às vontades dos homens, característica predominante de uma sociedade masculinizada, que não hesitou em oprimir as ações femininas. O recorte temporal escolhido para estudos mostra a ocorrência de um acentuado desprezo à mulher medieval, devido a acontecimentos que desestruturaram a sociedade nesse período em que a Igreja Católica associou a figura feminina à de Satã, atribuindo à mulher todas as calamidades ocorridas sobre a terra, já que era a filha do pecado, ou seja, de Eva, aquela que primeiro traiu a confiança divina. A análise tem como base teórico-metodológica a escola dos *Annales*, por utilizar a história cultural como campo de pesquisa, em que referências bibliográficas foram abordadas. Os estudos realizados proporcionaram uma compreensão sobre a força de estruturas de longa permanência, o que facilita o entendimento das lutas e conquistas das mulheres contemporâneas.

\* Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - Mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora - Professor do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora.

\*\* Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora UFJF, Editora e Jornalista responsável pelo jornal *Mulier*, Consultora da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal – Editora e Jornalista responsável pelo site: [www.maismulheresnoperbrasil.com.br](http://www.maismulheresnoperbrasil.com.br).

\*\*\* Graduada em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora.

**Palavras-chave:** Mulher. Idade Média. Opressão. Igreja Católica.

### **ABSTRACT**

The purpose of this work is to describe the medieval feminine behavior in France between the 14th and 15th centuries with the objective to detach the place occupied by women inside society, starting over Jacques Le Goff's perspective that the approached period is much more of continuity than a rupture. And, according to the same author, values structures e ideas from the medieval period remain until the 18th and 19th centuries. At this time, women were obliged to submit men's will, a predominant characteristic of a masculinized society, that hasn't hesitated in oppress feminine actions. The time period selected for the studies shows a high level of occurrences of a strong contempt towards the medieval women, due to events that disrupted society in this period, in which Catholic Church associated the feminine figure to the one of Satan, attributing women all calamities occurred on earth, since she was the daughter of sin, of Eve, the one that betrayed divine trust in first place. The analysis has as its theoretical and methodological background the school of Annales, using cultural history as a research field, in which bibliographical references were used. The performed studies provided a comprehension over the power of long permanency structures, which makes easier the understanding of struggles and achievements of contemporary women.

**Keywords:** Women. Middle Age. Oppression. Catholic Church.

### **1 INTRODUÇÃO**

A base deste artigo foi a monografia *O corpo feminino: um objeto de dominação masculina na França medieval*, de autoria de Loren Cristina Stephani (2009), que realizou um resgate histórico da situação vivenciada pelas mulheres durante a Idade Média, entre os séculos XIV e XV, mais especificamente na França, embora essa situação tenha sido uma realidade em diversas outras regiões da Europa Ocidental. Este trabalho está ancorado, também, em autores medievalistas, principalmente Jacques Le Goff, Hilário Franco Júnior e Jean Delumeau, cuja obra considerada referência em estudos da cultura medieval.

O recorte temporal escolhido para esta análise, a Idade Média entre os séculos XIV e XV, mostra a ocorrência de um acentuado desprezo à mulher devido, entre outros motivos, a acontecimentos que desestruturaram a sociedade durante este período, em que a Igreja Católica associou a figura feminina à de Satã. Atribuiu-se à mulher todas as calamidades ocorridas sobre a Terra, já que personificava Eva, a filha do pecado. Esse período foi

marcado por uma crise generalizada em toda a Europa, afetando diretamente o comportamento dos indivíduos, causando transformações em setores do campo social, econômico, político e religioso sem, contudo, proporcionar o fim da era medieval. Os séculos XV e XVI não devem ser vistos como uma ruptura, mas como uma fase de extraordinário desenvolvimento, segundo Le Goff (1998, p. 149-50), em resposta à crise. Os elementos do medievo persistiram na história do Ocidente até o fim do século XVIII e início do XIX, e ainda são perceptíveis em nosso mundo contemporâneo. Dessa forma, o autor denomina o período medieval de "longa Idade Média", em que práticas feudais serviram de instrumentos na construção dos Estados Modernos, cujas monarquias, durante longo tempo, conservaram valores feudais nas estruturas econômicas e sociais e nos sistemas de valores.

Originária da cultura greco-romana-germânica e judaico-cristã, a sociedade medieval estruturou-se em bases patriarcais. Delumeau (1989, p. 35) afirma que "agiram conjuntamente contra 'o anúncio contestador da igual dignidade' dos dois cônjuges as estruturas patriarcais dos judeus e dos greco-romanos". Segundo Saffioti (2004, p. 44), patriarcado "como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens". Tal sistema foi se estabelecendo entre os últimos quatro e onze mil anos, na transição do paleolítico para o neolítico.

Na sociedade de caça e coleta, as mulheres exerciam um papel importante, chegando a existir sociedades matriarcais. Assim, eram tidas como poderosas, fortes e mágicas, com a capacidade de dar a luz, na certeza que tinham de seu papel indispensável na continuação da vida e na perpetuação da espécie. Nas sociedades primitivas, as mulheres tinham como tarefa a coleta de frutos, raízes e folhas, e os homens ficavam responsáveis pela caça. Como caçar não era uma atividade diária, sobrava tempo aos homens para o exercício da criatividade. Consequentemente, construíram sistemas simbólicos de maior eficácia para destronar suas parceiras. A atividade de pastoreio ainda proporcionou a descoberta do papel masculino na reprodução: eles também poderiam gerar a vida, a qualquer hora e com quem quisesse, levando ao surgimento da família patriarcal.

Outro motivo para a subalternidade da mulher foi o surgimento da noção de propriedade, que, segundo Engels (1984), na obra **A origem da família, da propriedade privada e do Estado** e em seus estudos sobre a formação de um excedente de produção agrícola entre as comunidades primitivas, fez com que o grupo que produzisse mais passasse a dominar os outros. Também houve a necessidade da posse e defesa da propriedade para assegurar a sobrevivência. Surgem o trabalho servil e escravo, o Estado,

as leis e os costumes, passando a assegurar o poder masculino. Ao homem coube a defesa e o poder sobre a propriedade e a família patriarcal.

Sob uma cultura de dominação e opressão às mulheres, ficou reservado a elas o espaço doméstico, o lugar de boa esposa, cuja função primordial era a procriação. A sociedade a reconhecia apenas como a sombra de uma figura masculina dentro de um meio familiar.

A análise do artigo tem como base teórica a Escola dos *Annales*, por utilizar a história cultural como campo de pesquisa. Segundo Rachel Soihet (2003), a história cultural deu enorme contribuição particularmente no que diz respeito aos subalternos, sendo mantenedora, em grande medida, do interesse da história social pelos “de baixo”, sem excluir os “de cima”, preocupando-se com o estudo das relações, não apenas as classes, mas também os gêneros, as etnias, as gerações e múltiplas formas de identidade.

Assim, os que se dispõem a reconstruir a atuação de segmentos ausentes, por longo tempo, da escrita da história – entre outros, as mulheres, os populares, os brancos, os negros, os mestiços, os velhos, os heréticos etc. – têm-se decidido pelo campo da história cultural (SOIHET, 2003, p. 19).

Os estudos realizados proporcionaram uma maior compreensão da força de estruturas de longa permanência, ajudando-nos a compreender as lutas e as conquistas das mulheres contemporâneas e de aspectos ainda presentes em suas vidas.

## 2 A MULHER COMO CÚMPLICE DO MAL

Entre os séculos XIV e XV, na França Medieval, diversos acontecimentos proporcionaram distúrbios sociais e culturais. A Guerra dos Cem Anos, a epidemia da Peste Negra, a fome generalizada pela escassez de alimentos e também o aumento de revoltas<sup>1</sup>, tanto no meio rural como no espaço urbano, causaram mudanças profundas na sociedade. Sermões da Igreja Católica,

<sup>1</sup> Dentre as revoltas, podemos citar: Movimento dos Tuchins (1366-1384), quando camponeses e artesãos arruinados das regiões de Auvergne e Languedoc lutaram contra a miséria. Algumas ocorreram contra a imposição dos senhores feudais, como no caso da revolta de Flandres marítima (1323-1328), em que não havia o interesse de mudar o sistema, mas apenas que ele deixasse de ser tão pesado com os camponeses, visto que a crise levou os senhores feudais a cobrarem cada vez mais dos trabalhadores pelas suas obrigações. Outra sublevação popular no meio rural foi a de Jacquerie (maio-junho de 1358), que teve origem devido a uma difícil conjuntura decorrente da Peste Negra, do crescente peso dos impostos e por problemas gerados pela Guerra dos Cem Anos. Como revolta urbana, podemos citar a revolta de Paris, em 1382, relacionada a questões ligadas ao controle monárquico. FRANCO JR., Hilário. **A Idade Média**: nascimento do Ocidente. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005. 100. p.

pregando a ideia do fim do mundo a seus fiéis, culpabilizaram diversos grupos sociais, como os judeus, os muçulmanos e as mulheres, que serviram de “bodes expiatórios” para justificar todas as calamidades instaladas sobre a terra. O corpo feminino foi posto como um flagelo, concebido como objeto de manifestação demoníaca. Pelo fato de a mulher ser tão frágil, poderia se entregar mais facilmente às tentações e, assim sendo, espalhar a maldade sobre o mundo. Portanto, a mulher, segundo concepções do período, deveria sempre ser tutelada, de preferência pelo homem, por ele ser dotado de virtudes e ela, voltada para a luxúria.

a) Eva foi o “começo” e a “mãe do pecado”. Ela significa para seus infelizes descendentes “a expulsão do paraíso terrestre”. A mulher é então doravante “a arma do diabo”, “a corrupção de toda lei”, a fonte de toda perdição. Ela é “uma fossa profunda”, “um poço estreito”. “Ela mata aqueles a quem enganou”; “a flecha de seu olhar transpassa os mais valorosos”. Seu coração é “a rede do caçador”. É “uma morte amarga” e por ela fomos todos condenados ao trespasse [...], b) Ela atrai os homens por meio de chamarizes mentirosos a fim de melhor arrastá-los para o abismo da sensualidade [...] coloca-se sobre o homem no ato de amor (vício que teria provocado o dilúvio) [...], c) Mulheres são “adivinhas ímpias” e lançam mau-olhados [...], d) [...] “A mulher é ministro de idolatria” [...], e) [...] a mulher é “insensata”, “lamurienta”, “inconstante”, “tagarela”, “ignorante”, “quer tudo ao mesmo tempo”. É “briguenta” e “colérica”. [...], f) O marido deve desconfiar de sua esposa. Por vezes ela o abandona ou então “lhe traz um herdeiro concebido de um estranho”. [...], g) Ao mesmo tempo orgulhosas e impuras, as mulheres trazem perturbações para a vida da Igreja [...] (DELUMEAU, 1989, p. 323-324).

Advertia-se que a própria palavra “MVLIER” traz toda espécie de infortúnios em suas seis letras: “M: a mulher má é o mal dos males; V: a vaidade das vaidades; L: a luxúria das luxúrias; I: a ira das iras; E: [alusão às Erínias<sup>2</sup>]: a fúria das fúrias; R: a ruína dos reinos”, como afirma Delumeau. (1989, p. 328).

A atitude masculina em relação à mulher alternou entre a admiração e a hostilidade. Portanto, ocorreram sentimentos de atração, embora uma possível afeição do homem em relação ao feminino tenha sido acompanhada

<sup>2</sup> Erínias ou Eumênides ou Fúrias são remorsos personificados, segundo a mitologia greco-romana. “Quando se comete um crime, [...] elas não tardam em aparecer e fazer ouvir o seu canto funesto rodeando o criminoso com a sua ronda infernal [...]. Não há mortal que lhe possa escapar; perseguem-no por toda parte, como o caçador persegue a caça, e terminam sempre por atingi-lo. As súplicas e as lágrimas não as comovem. Mas se as Fúrias são inclementes com os criminosos, o que tem mãos puras nada deve temer delas”. MÉNARD, René. *Mitologia greco-romana*. São Paulo: Opus, 1991. v. 1. p. 158-159.

por um medo instintivo que sentia por ela, justamente porque a mulher sempre foi concebida como um ser dotado de poderes não só de profetizar, mas de curar ou de prejudicar por meio de misteriosas receitas. Através de uma iconografia malévola, o cristianismo marginalizou ainda mais a mulher, carregada de tabus vinculados à sua própria natureza, como a questão da maternidade e do ciclo menstrual. Foi apontada como a responsável pelo fim do mundo, justamente pelo fato de ela apresentar, segundo concepções religiosas, uma sexualidade incontrolável e, por isso, pecadora, em que seu corpo representava um palco de manifestações demoníacas. Ocorrendo guerras, pestes, uma miséria avassaladora sobre toda a população, não tinha como não acreditar que todas essas calamidades eram obras de Satã que, por intermédio da mulher, insaciável em seus desejos, não deixou de se manifestar sobre a terra, distribuindo todo tipo de desgraças. (DELUMEAU, 1989).

É nessa perspectiva que ocorreu uma exaltação à figura da Virgem Maria, vista como uma mulher pura, cuja maternidade não foi concebida como as demais. A história conta que ela foi fertilizada pela luz do Espírito Santo, e após o nascimento de seu filho, Jesus Cristo, ainda continuou virgem. Dessa forma, a veneração e a idealização dispensadas à Maria, diferenciando-a das demais mulheres, tidas como pecadoras, só se fez presente, em primeiro lugar, porque ela foi o modelo de mulher politicamente submissa, cumprindo com todas as funções maternas e, em segundo lugar, pela desvalorização da sexualidade pregada por um corpo doutrinário temeroso por uma atmosfera de calamidades sob a qual não havia controle.

Com a hegemonia das letras, do conhecimento e da palavra, os clérigos ditaram os sermões a respeito do medo da mulher à população. Segundo Delumeau,

Estes exprimiam de mil maneiras ao longo dos séculos o medo duradouro que esses clérigos consagrados à castidade experimentavam diante do outro sexo. Para não sucumbir aos seus encantos, incansavelmente o declararam perigoso e diabólico. Esse diagnóstico levava a extraordinárias inverdades e a uma indulgência singular em relação aos homens (DELUMEAU, 1989, p. 322).

Santo Agostinho foi o maior representante da primeira fase do pensamento católico medieval e reforçou regras e condutas em relação à moral sexual cristã. Agostinho associou o pecado original, de Adão e Eva, ao prazer da relação sexual, defendendo que o coito conjugal, mesmo sendo com a própria esposa, ficaria proibido e imoral quando não tivesse como objetivo a geração de uma nova vida. Segundo Heinemann (1996), para

Agostinho, o ato sexual tornou-se um pecado quando o casal se submetesse ao desejo. Assim, a mulher, não sentindo prazer ao se deitar com o seu marido, era tida aos olhos de Deus como uma mulher virtuosa.

Os membros da Igreja se serviram de várias obras, como **De Statu et Planctu Ecclesiae**, de 1332-35 (Sobre o Estado e Pranto da Igreja), **Fortalicium fidei**, de 1494 (Fortaleza da Fé), **Malleus maleficarum**, de 1486-87 (O Martelo das Feiticeiras), entre outras, para oprimir as mulheres diante da sociedade, interpretando arbitrariamente trechos desses livros num sentido de propagar um antifeminismo. Essa atitude serviu para criar um receio social e cultural das mulheres, mas também para reafirmar o autoritarismo das sociedades patriarcais e demonstrar um orgulho do campo religioso masculino centrado em suas aspirações divinas. Tais concepções nem mesmo levaram em consideração a relação de respeito que Jesus teve pelas mulheres; logo Jesus, que foi a essência daquilo que a Igreja Cristã se apoiou para afirmar a sua própria existência. (DELUMEAU, 1989).

Para Delumeau (1989), a repulsa pelas mulheres e sua subalternidade não foram encontradas nos ensinamentos de Jesus, pelo contrário, as mulheres foram acolhidas por ele, que as consideravam pessoas íntegras, não fazendo distinção entre elas e os homens.

A atitude de Jesus em relação às mulheres foi a tal ponto inovadora que chocou até seus discípulos [...], Jesus de bom grado cerca-se de mulheres, conversa com elas, considera-as como pessoas inteiras, sobretudo quando são desprezadas (a samaritana, a pecadora pública). Ele associa mulheres à sua atividade de pregação [...]. Enquanto todos os discípulos, exceto João, abandonaram o Senhor no dia de sua morte, mulheres permaneceram, fiéis, ao pé da cruz. Serão as primeiras testemunhas da ressurreição: ponto sobre o qual concordam os quatro evangelhos (DELUMEAU, 1989, p. 314).

Mas toda essa bondade para com as mulheres a Igreja Católica conseguiu absorver na teoria, e não na prática. Nem os discípulos de Jesus foram tão coniventes e admitiram tanta tolerância, talvez pelo fato de o próprio cristianismo ter se expandido dentro de um contexto com estruturas patriarcalistas. Assim, nesse meio de aversão às mulheres, como já foi relatado, a Igreja Católica contribuiu de forma decisiva para colocar a mulher cristã e católica em uma posição de subordinação igualmente à religião e ao matrimônio, sacramentando uma situação cultural de exclusão feminina.

O antifeminismo existente na Idade Média, e difundido, sobretudo, pelos homens religiosos, fez com que as mulheres carregassem uma imagem, fixando sua personalidade como impossível de ser modificada, já que apenas

pelo fato de ser mulher, de ter nascido mulher, carregava os desígnios de uma subordinação absoluta. Assim, teólogos e moralistas afirmavam uma literatura cada vez mais dogmática a respeito de sua inferioridade.

### 3 SOB A TUTELA MASCULINA

Diante de todos os temores relativos à mulher, de que seu comportamento inadequado não causasse maiores prejuízos sociais, vista como um ser vulnerável ao pecado, ela era concebida como um indivíduo passível de dominação. Desde criança a mulher era controlada por um homem. Do pai ao marido e aos filhos, houve sempre uma figura rígida que pautou suas manifestações e o desenvolvimento da feminilidade, tentando anular suas ações. De acordo com Opitz (1990), reprimir, vigiar, proteger, cuidar foram palavras que as mulheres medievais escutaram ao longo de suas vidas, ficando enclausuradas no espaço fechado das casas, longe dos pecados e sob a proteção dos homens.

Para ser reconhecida na sociedade, a mulher deveria entrar para uma família e independente das circunstâncias permanecer nela, exercendo suas obrigações e permanecendo nelas exercendo suas obrigações. Ao longo de suas vidas ficando enclausuradas no espaço fechado do meio familiar: procriar e educar suas crianças, seu trabalho deveria ser apenas o doméstico. Segundo regras de conduta, passava a ser obrigação da esposa fazer reverência, ter afeto e, sobretudo, ser obediente ao seu marido. A mulher deveria aceitar seu cônjuge como seu dono, guia e mestre por toda a vida.

Já o papel do marido na vida da mulher era de total autoridade, e a formação de uma família representava para o homem nada mais que um bom negócio. A importância do matrimônio estava atrelada à conservação de poderes e propriedades entre as famílias envolvidas, principalmente entre as camadas sociais mais elevadas, em que os pais e/ou parentes combinavam o futuro das meninas desde quando eram crianças. As táticas conjugais organizavam e sustentavam as relações sociais. O casamento era, antes de tudo, um pacto entre famílias, e, nesse ato, a mulher era, ao mesmo tempo, doada e recebida como um ser passivo.

Segundo Vecchio (1990), a repressão à mulher medieval consistia na redução de sua existência ao lado de um homem que a submetia aos seus interesses, dominava seu corpo e a tratava como uma estranha.

Quanto à questão do dote<sup>3</sup>, ele era muito importante para a mulher,

<sup>3</sup> Filhas eram excluídas da sucessão e partilha de heranças familiares. Quando casavam recebiam um dote constituído de bens que eram administrados pelo marido. MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 20.

pois embora ela não tivesse poder nenhum para administrá-lo, sendo até excluída da sucessão de bens, era o dote que determinava seu destino, assim como o destino de muitos homens. Para aqueles que não eram primogênitos e, conseqüentemente, não tinham o direito de receber herança da família imediatamente, viam no dote de uma mulher a oportunidade de ascensão social.

Entretanto, quando o valor do dote colocava em perigo a estabilidade do patrimônio familiar, os pais ou chefes de família preferiam enviar as jovens aos mosteiros para se tornarem freiras. Macedo (2002, p.22) afirma que “era mais barato dotá-las para a união mística com Cristo”.

Nessa sociedade, a violência contra a mulher era natural. Também era naturalizada a ideia de que a mulher casada tinha como função principal dar a luz a filhos fortes e saudáveis, de preferência do sexo masculino. De acordo com Opitz (1990), a fecundidade dentro do casamento muitas vezes representava a estabilidade de poderes, pois era através da descendência que a família podia resguardar as propriedades e todos os bens familiares. Entre os séculos XIV e XV, foram comuns mulheres que não conseguiam engravidar recorrer a outros meios como rezas e até mesmo magia para reverter a esterilidade. O fato de o casal não ter filhos era constrangedor para a mulher, que podia ser repudiada e até ser abandonada por um homem.

#### **4 RESISTÊNCIA FEMININA NO MUNDO SOCIOECONÔMICO**

No campo socioeconômico, a situação feminina na Idade Média era reflexo da situação de subordinação, inferioridade e estereotipação, vivenciada por elas nos demais setores da sociedade. Mesmo as atividades domésticas, essenciais à sobrevivência da família, não eram reconhecidas. Independente da tarefa realizada pelas mulheres ao longo da história, estas carregaram um fardo de preconceitos, ficando à margem de uma economia em desenvolvimento ou mesmo decadente.

Com relação aos séculos XIV e XV, recorte temporal deste estudo, é possível verificar o desempenho feminino no setor econômico medieval, em que as mulheres mostraram-se extremamente desafiadoras de um sistema opressor, na qual mesmo seus trabalhos não sendo reconhecidos, não deixaram de ser relevantes, senão para uma sociedade machista, mas para elas mesmas.

Dentre as atividades desenvolvidas por elas, tanto no campo como no meio urbano, pode-se citar serviços de camponesas, curandeiras, domésticas, artesãs, pequenas comerciantes, que manufacturavam e vendiam bebidas alcoólicas, pães, produtos animais e vegetais, entre inúmeros outros ofícios.

Sua força de trabalho, considerada essencial para o desenvolvimento do setor econômico, sobretudo nas cidades medievais, fez com que participassem de forma decisiva no desenvolvimento de um setor mercantil e monetário em expansão.

O desempenho feminino no campo econômico foi de encontro a um sistema de controle masculino, sendo, ao mesmo tempo, uma reação a isto e uma necessidade de sobrevivência, ressaltando-se que sua audácia não deixou de sofrer fortes repressões.

De acordo com Opitz (1990), as funções ocupadas por mulheres dependiam muito de sua condição social. Se fosse viúva e ainda em condição de pobreza, ela atendia suas necessidades vendendo trabalhos manuais e empregando-se como ama-de-leite para sobreviver. Mas, se uma mulher não estivesse integrada em um meio familiar, somente os trabalhos degradantes para a época eram oferecidos a ela, como a prostituição. Algumas chegaram, até mesmo, a dirigir bordéis, fato considerado uma verdadeira promiscuidade para a Igreja Católica, que encarava tal atividade como um pecado. Entretanto, se essa mulher fosse viúva e rica, poderia desfrutar de considerável liberdade de ação, podendo dispor mais livremente do seu patrimônio e até dar continuidade aos negócios do marido, se não fosse, é claro, colocada sobre o controle de um filho mais velho. No caso da mulher casada, ela deveria permanecer sob a tutela do cônjuge, e suas ações, de caráter puramente socioeconômico, faziam-se somente pela imposição e ordenação de seu senhor.

A prática do comércio foi uma das atividades em que a mulher encontrou maior liberdade de trabalho, podendo exercer tal atividade sendo casada ou não, desfrutando de certa independência em relação ao homem. Muitas dessas mulheres pertenciam à comunidade judaica e lutaram pela sobrevivência dentro de uma sociedade cristã, marcada por regras rígidas de conduta e comportamento, sendo assim duplamente excluídas, por serem mulheres e judias.

O comércio foi uma das poucas áreas que não discriminou por completo as mulheres. Foi justamente nesses séculos que elas se encorajaram para não abandonar definitivamente seus negócios em meio à crise. Firmaram sociedades comerciais com um único sócio, demonstrando, assim, seu potencial para a atividade. Coube às mulheres a competência de trabalhar no pequeno comércio, também denominado comércio a retalho. Ficavam incumbidas de tal trabalho enquanto os homens viajavam para tratar de grandes negócios.

Para Barstow (1995), o trabalho feminino apresentava algumas

peculiaridades, a começar pelo tratamento oferecido a elas. Quase nunca recebiam um treinamento formal para ocupar empregos mais qualificados, precisamente pelo fato da proibição de serem aprendizes. Consequentemente recebiam remuneração menor que a masculina e ainda tinham que conciliar o trabalho externo com o doméstico. Segundo o autor, aos olhos masculinos, as mulheres jamais poderiam abalar com suas ações a hegemonia de dominação econômica masculina. Destse modo, eram concebidas como sendo as trabalhadoras marginais da Europa, mantidas sempre à beira da economia e servindo como a principal fonte de trabalho barato dentro da sociedade.

Segundo Franco (2005), no campo, houve escassez de alimentos devido aos limites tecnológicos da agricultura, que não conseguiram acompanhar o crescimento populacional, além de acidentes naturais, como pragas e estiagens, cujos plantadores não tiveram recursos para combater. Essa situação teve reflexos no setor de manufaturas, pois, com a falta de alimentos, os indivíduos dispensaram mais dinheiro com alimentação, quando conseguiam algum tipo de comida, deixando de consumir produtos artesanais. Num processo de crise, as atividades comerciais decaíram, sobretudo na França, envolvida com a Guerra dos Cem Anos. A monarquia não hesitou em lançar impostos pesados aos comerciantes para angariar recursos para a guerra.

Diante dessas dificuldades, as mulheres foram as grandes vítimas do desemprego. Foram as primeiras a serem expulsas de seus serviços, pois os chefes preferiam manter a força de trabalho masculina a feminina, mesmo ela ganhando um salário menor, pois, segundo concepções da época, as mulheres não eram seres passíveis de plena confiança. Barstow (1995) afirma que as mulheres sozinhas foram as mais afetadas. Eram dependentes dos seus trabalhos para sobreviver e, encontrando-se em condição de miséria absoluta, de trabalhadoras inferiorizadas foram rebaixadas pela pobreza à categoria de mendigas, causando incômodo à população, que não hesitou em acusá-las de feitiçaria, com o intuito único de se livrarem delas.

Não escaparam nem viúvas sozinhas proprietárias de bens, que tinham uma situação de autonomia financeira que afrontava uma sociedade patriarcal. Sofreram especialmente maior repressão as mulheres judias envolvidas em atividades de empréstimo de dinheiro a juros. A usura era condenada pela Igreja Católica, pois, segundo Fausto (2009), o usurário era tido como um ladrão. Seu roubo era odioso porque ele roubava a Deus, ousando tomar o tempo divino ao vendê-lo entre o momento do empréstimo e o do reembolso com o acréscimo dos juros. Portanto, mulheres, mendigas, viúvas, judias, dentre outras foram acusadas de bruxaria e queimadas em

praça pública, tendo seus bens confiscados pela própria Igreja Católica, pela Monarquia e, mais tarde, pelo Estado. As execuções públicas de mulheres também rendiam lucros, pois eram verdadeiros acontecimentos festivos nas cidades.

#### 4 CONCLUSÃO

A partir dos estudos realizados, foi possível compreender que as mulheres medievais foram por muito tempo deixadas na sombra da história, o que já é demonstrado até pelo fato de estudos como este estarem reforçando a importância feminina na historiografia ocidental. De acordo com Scott (1992), reivindicar o prestígio das mulheres na história significa necessariamente se opor às definições históricas habituais, estabelecidas como verdadeiras e absolutas levantando questionamentos sobre os processos que fizeram com que as ações dos homens se tornassem uma regra representativa dentro da historiografia geral, subestimando e subordinando as ações femininas. A autora afirma que, a partir do momento que a produção histórica passa a ser suplementada com informações sobre as mulheres, induz o leitor a refletir que a história como está se encontra incompleta. O domínio que os historiadores têm do passado se torna parcial com a ausência feminina, já que as mulheres são indispensáveis à re-escrita dos fatos, sugerindo que os historiadores das mulheres apontem para a realidade das experiências por elas vividas, designando sua importância para a história.

Tal resgate histórico também é imprescindível para proporcionar transformações culturais, que ainda submetem as mulheres a uma situação de opressão e violência em todo o mundo, principalmente no Brasil, com resquícios de uma sociedade patriarcal e machista construída ao longo de séculos e baseada na herança colonial, que fez do país uma colônia europeia. Tal sistema colonial baseado na escravidão, na monocultura e na propriedade de grandes extensões de terra, agravou a desigualdade de renda, social, de gênero e raça, sendo uma realidade vista pelos autores deste artigo. Costa (2003) afirma que no Brasil a noção de patriarcalismo, fortemente influenciada por Gilberto Freire nos estudos sobre as relações da casa-grande e senzala, impediram por muito tempo a localização de outras experiências familiares, como as famílias chefiadas por mulheres. Mais recentemente, na década de 1990, a história social da cultura contribuiu para estudos sobre práticas e representações sociais que auxiliam a desvendar a naturalização dos chamados sistemas de dominação, "abrindo novas e férteis vertentes analíticas sobre as tensões entre o individual e o coletivo, a transgressão e a obediência, os consentimentos". (COSTA, 2003, p. 195).

Pesquisas sob as mesmas orientações teóricas e metodológicas de alhures, no exame das fontes sobre trabalho, família, cotidiano, vida privada, religião, mulheres e escravidão, demonstram a complexidade dos sistemas de poder e subordinação, das formas de opressão e também das de proteção e dependência, numa dialética da exclusão-inclusão, de poderes e contra-poderes de muitos matizes, ensejando, também, novas traduções das relações entre o feminino e o masculino, da história colonial à contemporânea (COSTA, 2003, p. 195).

Uma situação de submissão e opressão ainda sobrevive no Brasil, seja no sentido religioso, na família e no campo socioeconômico. Guardadas as devidas proporções, as mulheres ainda são minoria em espaços historicamente de domínio masculino. As brasileiras são maioria da população; 51,73%<sup>4</sup> do eleitorado; 43,7%<sup>5</sup> da população economicamente ativa, mas representam aproximadamente 30% da Magistratura<sup>6</sup>; 21,43%<sup>7</sup> das chefes de empresas; 15,56%<sup>8</sup> das ministras dos Tribunais Superiores; 13,13%<sup>9</sup> das reitoras de Universidades Públicas e menos de 9%<sup>10</sup> do Parlamento Nacional.

A herança cultural da Igreja Católica no Brasil, fruto da colonização, ainda reproduz esse ideário de inferioridade da mulher e sua subordinação ao homem. O sacerdócio feminino ainda não é permitido e determinadas proibições, no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, como a recomendação do ato sexual com fins apenas procriativos e o não uso de métodos anticoncepcionais, como o preservativo, deixam especialmente a

<sup>4</sup> ESTATÍSTICAS do eleitorado nas eleições 2008. Disponível em: [http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/dados/Sexo\\_Grau.pdf](http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/dados/Sexo_Grau.pdf). Acesso em: 01 ago.2009.

<sup>5</sup> População economicamente ativa sexo, Brasil e grandes regiões. Disponível em: [http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/dados/Populacao\\_Economicamente\\_Ativa\\_Sexo\\_Brasil\\_e\\_Grandes\\_Regioes.pdf](http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/dados/Populacao_Economicamente_Ativa_Sexo_Brasil_e_Grandes_Regioes.pdf). Acesso em: 01 ago.2009.

<sup>6</sup> Magistrados brasileiros – distribuição entre mulheres e homens. Disponível em: <http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/dados/Magistrados%20Brasileiros%20%20Distribuicao%20entre%20Mulheres%20e%20Homens.pdf>. Acesso em: 01 ago.2009.

<sup>7</sup> Cargos de Chefia – Presidentes e CEOs (Chief Executive Officer) - por Sexo no Brasil. Disponível em: [http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/dados/Cargos\\_de\\_Chefia\\_Presidentes\\_e\\_CEOs\\_Chief%20Executive\\_Officer\\_por\\_Sexo\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/dados/Cargos_de_Chefia_Presidentes_e_CEOs_Chief%20Executive_Officer_por_Sexo_no_Brasil.pdf). Acesso em: 01 ago.2009.

<sup>8</sup> Tribunais Superiores Brasileiros – distribuição entre mulheres e homens. Disponível em: [http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/dados/Tribunais\\_Superiores\\_Brasileiros\\_Distribuicao\\_entre\\_Mulheres\\_e\\_Homens.pdf](http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/dados/Tribunais_Superiores_Brasileiros_Distribuicao_entre_Mulheres_e_Homens.pdf). Acesso em: 01 ago.2009.

<sup>9</sup> Reitorias no Brasil segundo sexo Disponível em: [http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/dados/Reitorias\\_no\\_Brasil\\_Segundo\\_Sexo.pdf](http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/dados/Reitorias_no_Brasil_Segundo_Sexo.pdf)

<sup>10</sup> Poder Legislativo no Brasil – Senado, Congresso, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais – cargo e Sexo Disponível em: <http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/dados/Poder%20Legislativo%20no%20Brasil%20%20Senado,%20Congresso,%20Assembleias%20Legislativas%20e%20Camaras%20Municipais%20%20Cargo%20e%20Sexo.pdf>. Acesso em: 01 ago.2009.

população feminina vulnerável, seja por problemas de contaminação pela AIDS, seja pela responsabilização do momento de querer e/ou poder ter filhos.

O controle sobre atitudes e o corpo da mulher é ainda um campo de debates dentro da Igreja Católica. Se antes os sermões se encarregavam de um discurso misógino em relação à mulher, hoje os meios de comunicação também utilizam tais concepções para controlar e manter as mulheres num estado de ódio permanente a si mesmas, como afirma a escritora norte-americana Naomi Wolf (1992). Junta-se à pressão dos anunciantes uma cultura de 3.500 anos que ensina às mulheres de onde elas vêm e do que são feitas. O livro do Gênesis declara que todos os homens são criados perfeitos enquanto a mulher começou como um pedaço de carne inanimada e imperfeita. Talvez, por isso, as mulheres tendem a se preocupar tanto com a perfeição física, diferentemente do que acontece com os homens.

Com relação à família, se na Idade Média as mulheres tinham que viver sob a tutela masculina, casar e ter filhos para assegurar sua segurança, com o passar dos séculos, a sua existência não mais se reduz a estar ao lado de um homem. Embora ainda se cobre muito da mulher uma concepção de amor e família perfeitos, os padrões familiares mudaram muito e não seguem regras de comportamento tão rígidas. Mas muitas mulheres continuam sendo o eixo familiar, cabendo a elas grandes responsabilidades com os cuidados de todos, mesmo tendo essas responsabilidades naturalizadas e, portanto, desvalorizadas. A violência doméstica ainda é uma realidade, principalmente no Brasil. Metade das mulheres assassinadas são vítimas de seus atuais ou antigos parceiros. Abuso sexual de meninas acontece principalmente dentro da própria casa, praticado por pais, padrastos, tios ou irmãos mais velhos. Segundo a Organização Mundial da Saúde, as mulheres de todas as idades correm mais risco de violência dentro de casa do que nas ruas. A violência doméstica mata e fere mais que guerras, câncer ou acidente de trânsito nos países em desenvolvimento.

A autonomia feminina verificada nas últimas décadas aconteceu principalmente em virtude da sua inserção na educação e, conseqüentemente, no mercado de trabalho. Se no período medieval analisado elas desafiavam o poder masculino no campo socioeconômico, trabalhando para o seu próprio sustento, agora a situação é diferente. Hoje também trabalham para a sobrevivência delas e dos filhos, sendo já 34,9%<sup>11</sup> as chefes de família no

<sup>11</sup> Mulheres já são 34,9% das chefes de família. Disponível em: [http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/noticia\\_geral.php?id=185](http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/noticia_geral.php?id=185). Acesso em: 01 ago.2009.

Brasil. Mas também trabalham para realização profissional e pessoal, o que pode garantir maior autonomia financeira e menos dependência masculina, possibilitando uma transformação de um passado de opressão e violência contra as mulheres, embora a violência no mercado de trabalho ainda seja evidenciada em diversas situações, como na Idade Média: ocupam empregos mais subalternos e em áreas tradicionalmente ligadas ao doméstico e aos cuidados, o que contribui para a desvalorização desses empregos, com menores salários. Recebem também salários inferiores em cargos iguais aos masculinos, mesmo que tenham maior escolaridade e, em períodos de crise econômica, são as vítimas preferenciais do desemprego. Estão em sua maioria no mercado informal de trabalho, sem garantias trabalhistas, sofrem com assédio moral e sexual e desenvolvem doenças relacionadas ao trabalho e ao estresse decorrente da dupla jornada de trabalho, visto que os homens ainda não compartilham de atividades domésticas e de cuidados com os filhos em igualdade de condições com as mulheres.

Mudanças culturais demandam tempo, mas a sociedade já vivencia comportamentos e atitudes que há algumas décadas proporcionaram uma maior liberdade e conquista de direitos femininos, principalmente com o advento dos movimentos feministas a partir do século XIX e XX. Entretanto, pode-se concluir, de acordo com a pesquisa da qual este artigo se origina, que não se deve perder de vista que as mulheres, compreendidas como um grupo social específico, carregaram e ainda carregam uma longa história baseada na exclusão, privação, discriminação e opressão. A dominação do homem sobre o corpo feminino deu origem a vários estereótipos de subalternidades vinculados a elas e ocorrem em circunstâncias diferenciadas, dependendo do sistema cultural, social, econômico, religioso e político a que estão inseridas.

**Artigo recebido em: 25/08/2009**  
**Aceito para publicação: 14/05/2010**

## REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; SOIHET, Raquel (Orgs.). **Ensino de história**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BARSTOW, Anne Llewellyn. As mulheres e o trabalho. Marginalização econômica. In: \_\_\_\_\_. **Chacina de feiticeiras**: uma revisão histórica da caça às bruxas na Europa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. p. 119-131.

COSTA, Suely Gomes. Gênero e história. In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel (Orgs.). **Ensino de história**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 187-208.

DELUMEAU, Jean. Os agentes de satã: a mulher. In: \_\_\_\_\_. **História do medo no Ocidente 1300- 1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 310-349.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FAUSTO, Boris. Juro contra Deus. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 22 mar. 2009.

FRANCO JR., Hilário. **A Idade Média**, nascimento do Ocidente. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

GOMES, Alessandra Soares Muniz. Busca pela beleza é motivo de frustração entre as mulheres. **Jornal Mulier**, Juiz de Fora, p. 1-2, set. 2004.

\_\_\_\_\_. Mulheres enfrentam novos desafios no mercado de trabalho. **Jornal Mulier**, Juiz de Fora, p. 1-2, fev. 2005

\_\_\_\_\_. Patriarcado ainda resiste nas relações sociais apesar das conquistas femininas. **Jornal Mulier**, Juiz de Fora, p. 3, mar. 2006.

\_\_\_\_\_. Antigos e novos problemas são desafios à saúde feminina. **Jornal Mulher**, Juiz de Fora, p. 4-5, set. 2007.

HEINEMANN, Uta Ranke. **Eunucos pelo reino de Deus**: mulheres, sexualidade

*A dominação das mulheres na França medieval nos séculos XIV e XV: um legado às suas...*

e a Igreja Católica. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

LE GOFF, Jacques. **Uma vida para a história**: conversações com Marc Heurgon. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

Mais mulheres no poder Brasil. 2010. Disponível em: <[www.maismulheresnoperbrasil.com.br](http://www.maismulheresnoperbrasil.com.br)>. Acesso em: 01 ago.2009.

MÉNARD, René. **Mitologia greco-romana**. São Paulo: Opus, 1991. v. 1.

OPITZ, Claudia. O cotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500). In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (Orgs.). **História das mulheres no Ocidente**: a Idade Média. Porto: Afrontamento, 1990. v.2.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE; Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: FUNDUNESP, 1992. p. 63-95.

STEPHANI, Loren Cristina. **O corpo feminino**: um objeto de dominação masculina na França medieval. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

VECCHIO, Silvana. A boa esposa. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (Orgs.). **História das mulheres no Ocidente**: a Idade Média. Porto: Afrontamento, 1990. v.2. p.143-183.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

